



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS (CEE) PARA AVALIAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO

Requerimento nº 7.346/2022
Ato da Presidência nº 30/2022

No primeiro dia do mês de agosto de 2023 (01/08/2023), às 16h15, no Plenário da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, reuniu-se a **COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS (CEE) PARA AVALIAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO**, criada pelo Requerimento nº 7.346/2022 e Ato da Presidência nº 30/2022, comissão composta pelos vereadores Sérgio Zerbinato (Presidente), Brando Veiga e Matheus Moreno. Em Plenário, vereador Zerbinato e remotamente participa o vereador Matheus Moreno. Há quórum na forma regimental (maioria). A reunião de hoje é realizada de forma híbrida, contando também com participantes via aplicativo Zoom (on-line). O presidente da CEE abriu a reunião agradecendo a presença dos que comparecem a esta 8ª reunião ordinária da Comissão, justificando a ausência do vereador Brando Veiga e registrando a presença do vereador André Rodini. O presidente diz que essa CEE foi criada para compreender os direitos da população em situação de rua, e hoje o assunto será a segurança pública e as pessoas em situação de rua. Cita, em seguida, recente decisão do ministro Alexandre de Moraes (STF) que determinou, em sede liminar, que o Governo Federal deverá elaborar no país o Plano Nacional para a população em situação de rua, com elaboração de diagnósticos e mecanismos para mapear a população em situação de rua no censo do IBGE. O presidente Zerbinato ainda observa que, conforme noticiado pela imprensa local, Ribeirão Preto teria aproximadamente 1.700 pessoas em situação de rua no Município, com chances desse número estar subestimado. Em seguida, cita que a reunião hoje conta com a participação do CONSEG Central, Sr. Claudinei Toledo (presidente); CONSEG Oeste, Sra. Maria Silvia Roque (presidente) e Augusto Cesar Marques (membro); pela Polícia Militar, Cel PM Walter Gustavo da Silva (3º BPM/I), Cel PM André Luiz Trevisani (51º BPM/I) e Maj PM Mário Augusto Freitas. Registra ainda a presença, pela Polícia Civil, do Dr. Sebastião Vicente Picinato (Delegado Seccional de Rib. Preto) e Dr. Marco Antonio Sales (Delegado assistente). Em seguida, registra a presença da vereadora Duda Hidalgo. O vereador André Rodini saúda a todos e observa que há tempos estava ansioso para ouvir o posicionamento dos que aqui hoje participam, visto que são representantes da segurança pública, com relação ao combate ao tráfico de drogas. Em seguida, Duda Hidalgo agradece o convite e faz suas saudações iniciais. Entre os convidados, a fala inicial é do Cel PM Walter Gustavo da Silva, que se manifesta a partir do minuto 8:24 e afirma que a abordagem da Polícia Militar é sempre em relação a crimes que venham a ocorrer e também no reestabelecimento da ordem pública, se esta for quebrada, ressaltando que toda corporação sabe que os moradores de rua precisam ser tratados com maior dignidade e respeito, mas realiza abordagem no intuito de verificar se estes moradores estão envolvidos em fatos criminosos, e muitos deles cometem pequenos delitos, mas não ficam presos, devido à legislação do país. O Cel PM Gustavo ainda aponta que as abordagens da PM tem o intuito de fiscalizar eventuais cometimento de pequenos furtos, receptação e porte de entorpecentes. Sobre a existência de alguma articulação integrada, conjunta, o Maj PM Freitas destaca que não existe um protocolo específico, mas a própria Assistência Social tem um especial cuidado



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

de não agir como força de segurança com ações repressivas, porque isso pode causar o afastamento do morador de rua perante a assistência social. Ressalta que ainda não existe um protocolo, uma ação em conjunto, porque a própria assistência social prefere que não tenham forças de segurança junto com ela nas ações que realiza, mas destaca que nos bastidores, há, sim, atuação em conjunto. O tema é complexo, de difícil atuação e solução. O Maj PM Freitas responde que o procedimento operacional, de abordagem por parte da PM, é o mesmo para pessoas em situação de rua ou não. Continuando, o Dr. Sebastião Vicente Picinato (Polícia Civil) fala que de acordo com a estimativa, a nível Brasil, por dados do Censo, temos em torno de 1.500 pessoas em situação de rua na cidade. As causas que levaram a pessoa à situação de rua são heterogêneas, indagando que há uma questão de natureza social a saber se a pessoa quer ser reinserida na sociedade ou permanecer no anonimato. Qual cadastro existe hoje nos órgãos de regulação do Município? Há um cadastro ou não há? Aponta que o indivíduo em situação de rua geralmente é viciado, seja em bebida ou droga, e ele vai fazer pequenos furtos, da tampa do bueiro, da fiação elétrica, do número da casa, para trocar por droga, aponta Dr. Picinato. Estamos enfrentando um problema mais de saúde do que policial. O perfil desse indivíduo é para alimentar o vício, criticando, em seguida, a decisão do STF. Em seguida, o convidado responde perguntas do vereador André Rodini, sobre pessoas que estão em situação de rua e consomem drogas, e especialmente quem abastece esse usuário, qual a atuação das forças policiais nesses casos. Cita exemplos, destacando que hoje a polícia age, dentro da legalidade, ressaltando decisões do STJ que anulam flagrantes, por vários motivos. Segundo ele, hoje a atuação policial sofre um tolhimento no Poder Judiciário, especialmente em cortes superiores. Em seguida, o Cel PM Gustavo comenta e fala sobre atuação da PM em locais de venda de ferro velho, na cidade, apontando que sempre que há suspeitas de locais onde há venda de entorpecentes o canil da PM (cães farejadores) são utilizados. O Maj PM Freitas também comenta a atuação da PM nesses locais, citando exemplos de indivíduos abordados em posse de substância entorpecentes e em audiência de custódia, a prisão foi relaxada pelo juiz. Seguiram-se outros comentários dos vereadores e convidados dentro desse assunto, destacando o Dr. Picinato que o placar, no STF, já está 3 a 0, e certamente o consumo de entorpecente não será mais objeto de prisão nem condução ao distrito. Segundo ele, furto e roubo de celulares, de fios, vai alimentar o consumo de drogas pelo usuário, e isso estimula o tráfico de entorpecentes, e os traficantes sempre mudam a forma de agir, sendo muito complicado a questão do consumo de entorpecentes. Já com relação aos moradores de rua, é preciso resgatá-lo das ruas. Em seguida, Maria Silva Rutigliano Roque se manifesta do minuto 34:18 a minuto 45:27, dando especial destaque na falta de atendimento adequado aos moradores de rua no tocante à saúde mental, dizendo ser necessárias melhorias no acolhimento, indagando se os profissionais que estão atuando têm a devida qualificação para tal. Maria Silvia, do CONSEG, finaliza dizendo que não existem políticas públicas para a população em situação de rua. O presidente Zerbinato indaga sobre capacitação dos servidores, se há algum manual, cartilha, material, se fazem cursos, palestras e em resposta o Ten Cel PM Trevisani diz que a PM visa sempre a preservação da dignidade da pessoa humana, esse é o norte da Polícia Militar. Cita, em seguida, dados do número de flagrantes e atos infracionais cometidos por menores, em sua área de atuação. Já a vereadora Duda Hidalgo se manifesta do minuto 49:22 a minuto 55:13, dizendo que concorda com o que foi dito por Maria Silvia, acerca das dificuldades do sistema de saúde para atender as pessoas em situação de rua e aponta que precisamos de mais estrutura, mais “consultórios na rua” e afins. Segundo a vereadora, tudo reflete uma situação de extrema vulnerabilidade social e que hoje temos uma Prefeitura que se diz “global e acolhedora”, mas que reduz o orçamento da Assistência Social. O convidado Augusto Cesar Marques, membro do CONSEG Oeste, fala



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

do minuto 55:26 a minuto 1:05:57, destacando que foi por muito tempo servidor público da área de segurança pública, mas hoje é comerciante da área de turismo. Diz que hoje tem a percepção da falência dos serviços públicos, em especial os serviços municipais, e isso sobrecarrega as polícias, especialmente a PM. Diz que vê um ecossistema de criminalidade, miséria, contravenção, e vê cafetinagem, tráfico de drogas, pessoas em situação de rua, maquininhas caça-níqueis, e tudo isso é um ecossistema que existem em regiões como Centro Histórico, Vila Virgínia e Vila Tibério. Registra que são vários elementos que precisam ser resolvidos e não haverá sucesso se solucionarmos apenas um deles. Para o convidado, o Direito Penal é o último recurso, e como não temos um Direito Civil, um Direito Administrativo eficiente, o Direito Penal, que deveria ser o último, acaba sendo o primeiro. Onde deveria entrar a assistência social e a saúde, entra a Polícia. Faz um apelo dizendo que os serviços públicos municipais não estão dando conta das demandas da cidade e indaga: nós temos uma política adequada de habitação, assistência social, regularização fundiária no Município? O serviço é adequado? Isso é a falência do serviço público. O equilíbrio entre segurança e liberdade é a regra de ouro que ninguém conseguiu chegar e questiona: devemos ter liberdade para permitir que pessoas se instalem em calçadas e em frente aos nossos comércios, nos nossos pontos turísticos? Diz que as pessoas em situação de rua têm seus direitos violados, nesse meio existem, também, vítimas, muitos são idosos, existem mães com crianças. Diz que não acredita que hoje a Polícia, especialmente os policiais que estão na linha de frente, têm respaldo adequado (da legislação) para atuarem com moradores de rua. Augusto faz um apelo e aponta que campanhas de distribuição de comida, e também a doação de esmolas, acaba sustentando o tráfico de drogas. Respondendo ao vereador Zerbinato, o Dr. Picinato fala que a atuação das polícias civil e militar é pautada pela legalidade. Pode haver abusos, sim, pode. Dr. Picinato ainda aponta que algumas denúncias que chegaram ao conhecimento não eram verdadeiras, e as Corregedorias das Polícias atuam de maneira rigorosa. A atuação da Polícia Civil, de acordo com o art. 144 da CF, é apurar a autoria e materialidade do crime, as circunstâncias da ação penal. Não existe uma política de acolhimento da pessoa em situação de rua, e isso tem natureza de política social, não é questão de segurança pública. Complementa ainda o Cel PM Walter Gustavo dizendo que na formação policial, existe a disciplina “direitos humanos”, destacando ainda o trabalho da Corregedoria da PM, com instalação de inquéritos e sindicâncias, para investigar os fatos. Não tem conhecimento de que teve qualquer conduta de um policial maltratando qualquer morador de rua desde que não tenha sido provocada anteriormente por eles. Já o vereador André Rodini comenta em seguida, e faz suas considerações finais, dizendo que infelizmente estamos indo para um caminho que será a única lei, da ação e reação. Lamenta as notícias que chegam todos os dias do Poder Judiciário, e espera que as drogas sejam coibidas, pois causam danos ao indivíduo e sociedade. Participa remotamente Edvaldo Gonçalves de Souza, Coordenador Estadual do Movimento Nacional em defesa do morador de rua, do minuto 1:13:08 a 1:21:45, comenta a fala dos que anteriormente se manifestaram, e em resumo, diz que a rua não é problema de Polícia, nem de política pública, mas sim de saúde. Não é justo os moradores de rua levarem a culpa dos problemas da cidade. Segundo ele, “a rua não quer marmita”, quer sim “trabalho, saúde”, e o “primeiro pilar da sociedade é moradia”, se dizendo entristecido do que está acontecendo nas reuniões em Ribeirão Preto, de “sempre acusar a rua de todos os males sociais que existem em Ribeirão Preto”. Comenta sobre os anseios dos moradores de rua, especialmente por ter experiência de ter morado 30 anos na rua e sente muito a discriminação que está sendo feita, porque quem mora na rua não tem casa, a rua é sua casa. Edvaldo diz que “ninguém quer ficar na rua”, só está na rua porque não tem jeito e falta empatia. O presidente Zerbinato comenta em seguida, destacando os objetivos



Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

desta CEE. Outro participante, Elson fala do minuto 1:23:37 a 1:29:40, comentando a situação de algumas pessoas que viviam em situação de rua em Ribeirão Preto, cujos nome cita. Lembra que a definição de munícipe em nosso dicionário é bem claro, e não importa quem mora em casa ou na rua, é munícipe, tem dificuldades mas tem também direitos. Não temos um comitê POP de Rua como existe em outras cidades do Estado de São Paulo, e pede que seja estabelecido o comitê POP de Rua. Ainda se manifesta, do minuto 1:30:32 a 1:33:27, Claudinei Toledo, do CONSEG Centro, destacando que o assunto é polêmico mas é preciso tomar providências, se colocando à disposição da CEE para ajudar nos trabalhos a serem realizados. Assim, o vereador Zerbinato encerrou a reunião às 17h53, que foi gravada integralmente em mídia audiovisual, anexa e parte desta ata, em conformidade com a Resolução nº 46/18. Link de acesso ao youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=d8GaS2GACYg> Com mais nada a tratar ou deliberar, eu Fernando Silvério Borges servidor designado, lavrei a presente ata, que depois de lida e conferida, vai assinada pelos vereadores abaixo.


SÉRGIO ZERBINATO
Presidente da CEE


MATHEUS MORENO